

REMUNERAÇÕES DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PSPN

Rosana Maria Gemaque Rolim- ICED/UFPA

rgemaque@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa intitulada “Remuneração de Professores de Escolas Públicas de Educação Básica no Contexto do Fundeb e do PSPN”, especificamente no que concerne ao caso da rede estadual de ensino do Estado do Pará. O objetivo foi analisar impactos da implantação de políticas de financiamento da educação nacional relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) na estrutura da remuneração dos professores de escolas públicas de educação básica¹.

O estudo abarcou várias dimensões que possibilitaram a reconstrução da política educacional da educação básica local, a partir de informações sobre: matrículas; escolas; quantitativo e tipo de vínculo dos professores; Plano de Carreira e Remuneração; orçamento da educação; tabelas salariais de vencimentos; Folhas de Pagamento; e valores de remunerações declarados na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), referentes ao período de 2006 a 2014.

¹ O estudo foi desenvolvido por meio do Grupo de Pesquisa em Financiamento da Educação-GEFIN, vinculado ao PPGED do ICED/UFPA, sob a coordenação da Professora Rosana Maria Gemaque Rolim (Edital nº. 001/2008 CAPES / INEP / SECAD Observatório da Educação ICED-Portaria Nº - 049/2009-ICED). Contou com a participação da Profa. Dra Dalva Gutierrez e de orientandos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) e de Graduação - Iniciação Científica e demais integrantes do GEFIN.

As diferentes fontes sobre a remuneração e o conjunto de informações constituintes do estudo possibilitaram várias interpretações e discussões sobre o objeto de estudo de modo que, neste texto, priorizaremos as análises decorrentes da sistematização das informações da RAIS, fazendo o contraponto com algumas informações decorrentes das Folhas de Pagamento.

O estudo revelou que, no contexto do Fundeb e PSPN, ocorreu redução do total da oferta de matrículas na educação básica pelo governo do estado (18,5%), sobretudo nas de Educação Especial, de creches e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observou-se, no entanto, o movimento crescente das matrículas na Pré-Escola, na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos. Houve também redução no número de escolas (78,0%) sobretudo das localizadas na área rural (34,7%). No entanto houve melhorias em relação aos professores visto que aumentou o quantitativo em 17,4%, no período em análise e também melhorou a formação, tanto em nível de graduação (123,7%) quanto de pós-graduação (com curso de especialização o número de professores foi ampliado em 11,4 vezes e Mestrado ou Doutorado 9 vezes). Melhorou ainda o tipo de vínculo que, em 2014 representou 82,7% professores efetivos contra 17,2% temporários.

Em relação à remuneração foi possível constatar avanços nos valores de vencimentos e das remunerações médias, tanto em termos de média agregada quanto na forma desagregada por tipologias de professores.

A análise dos vencimentos iniciais e finais evidenciou que as maiores variações ocorreram nos valores dos vencimentos finais, independentes do nível de formação. O vencimento inicial dos professores com formação em nível médio foi ampliado em 54,7% e dos professores com nível superior, em 46,8%. Os vencimentos finais foram ampliados em 64,0% e 55,6%, respectivamente. Além disso, houve ampliação da dispersão dos vencimentos entre o início e final da carreira.

Dentre as tipologias de professores que geraram tipos diferenciados de remunerações médias, o caso típico da rede estadual de ensino foi o **Estatutário, com graduação, 20hs e tempo de serviço igual/maior que 5 e menos de 10 anos**, que representou 35,1% do total de tipos de vínculos. As médias de remunerações identificadas nos tipos de vínculos, em 2006, variaram

de R\$ 3.764,00 (Estatutário, ensino médio, 20h $\geq 20 < 25$) para R\$ 6.916,00 (Estatutário, graduação, 20hs, ≤ 25 anos). A razão entre a maior e a menor média foi de 1,83. A menor remuneração foi de R\$ 405,00 e a maior R\$ 16.936,00. Em 2014, as médias variaram de R\$ 7.589,00 (servidor não efetivo, graduação, 20hs, < 5 anos para R\$ 11.797,00 (estatutário, graduação, 20hs, $\geq 15 < 20$ anos de serviço). A razão entre a maior e a menor média foi de 1,55. Deste modo, constata-se pequena redução da diferença entre remunerações médias das tipologias, de 2006/2014. O coeficiente de variação da maior remuneração média foi de 28%, sendo que o valor mínimo foi de R\$ 1.250 e o valor máximo de R\$ 17.138. A explicação do valor elevado da maior remuneração pode estar relacionada às remunerações de professores que atuam no sistema modular de ensino (SOME), no sistema penal e na educação especial cujas gratificações correspondem a 100% e a 50% do vencimento, respectivamente.

Em relação à média das remunerações médias por tipologias foi também observado crescimento correspondente a 103,9%, de 2006 a 2014.

Quanto ao nível de associação entre as remunerações médias e as variáveis explicativas constatou-se que houve associação fortes e significativas tanto com o PSPN quanto com o gasto-aluno Fundos, sinalizando haver relações positivas. Todavia, não é possível afirmar com segurança que o resultado positivo em termos de aumentos constatados nos vencimentos e nas remunerações médias decorreram exclusivamente dessas políticas. Em termos de movimentação de recursos do Fundeb foi evidenciado que houve perdas/repasses significativos de receitas da educação do governo do estado para o conjunto de municípios, em função do critério de distribuição do Fundo e pela opção de municipalizar o ensino. Ainda que as perdas de receitas tenham reduzidos no período, em 2014, corresponderam a R\$ 623 milhões que representaram 26,2% dos recursos enviados ao Fundeb.

Por fim concluiu-se que no contexto do Fundeb e PSPN as remunerações dos professores de escolas públicas de educação básica da rede estadual de ensino do Pará sofreram várias alterações. A composição foi alterada com a incorporação de gratificações ao vencimento na perspectiva de equipará-lo ao valor do PSPN. Isso suscitou polêmicas entre a representação sindical dos

professores e governo. Os professores criticavam a medida, alegando que a incorporação apenas ampliou o vencimento, visto que o critério de definição do valor do abono era a carga-horária de trabalho. Deste modo, ao ser incorporado ao vencimento houve perda para os professores com maior carga-horária. Por outro lado, considera-se a incorporação importante pois, em geral, as vantagens decorrem de percentuais relativos aos vencimentos, como gratificação do magistério, titularidade, dentre outras. Deste modo, possibilitaram impactos positivos na remuneração. Além disso, na composição da remuneração média, em 2014, as vantagens pecuniárias representaram 51,5%, contra 30,1% de vencimento, 11,2% de aulas suplementares e 6% de direitos e benefícios; dentre as vantagens pecuniárias, as de caráter pessoal foram mais valorizadas visto o crescimento de 165,1% e sua representação no total da remuneração de 28,5%. Isso sinaliza para um modelo ou característica de carreira que prioriza o desempenho individual em detrimento do desenvolvimento coletivo.

Apesar do esforço empreendido na direção de construir uma remuneração média que favorecesse discussões sobre esse objeto de estudo, a heterogeneidade se impôs em função das diferentes posições e condições que os professores da rede estadual se posicionam na carreira que, por sua vez, produziram diferentes remunerações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Charles Alberto de Souza. A política de remuneração dos professores da rede estadual de educação básica do Pará. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação-Instituto de Ciências da Educação- Universidade Federal do Pará. Defesa em 14 de julho de 2017.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 4ª Ed. revisada e ampliada. Editora da UFSC. Florianópolis, 2001.

GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira et al. **A configuração da carreira do magistério público do Estado do Pará a partir do Estatuto do Magistério. Educação em Foco**, Belo Horizonte, n. 19, p. 229-256, jun. 2012.

ROLIM, Rosana Maria Gemaque. Remuneração de professores de escolas públicas de educação básica da rede estadual de ensino do Pará no contexto do Fundeb e do PSPN. Relatório Final de Pesquisa. Observatório de Educação. ICED/UFPA, novembro de 2017.